

Colégio

Sala

Ordem



Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
Conhecimentos Específicos para Auditor
Fiscal da Receita Estadual

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

1º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer anotação.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2505233002M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
SEFAZ GO

CARGO:

Auditor - Fiscal da Receita Estadual

DISCIPLINAS:

Conhecimentos Específicos

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

5/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

5/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**SEFAZ GO – 1º SIMULADO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA
AUDITOR – FISCAL DA RECEITA ESTADUAL (PÓS-EDITAL)****CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****Vitor Kessler**

1. Uma equipe da Secretaria da Fazenda está projetando um ambiente analítico para consolidar dados fiscais de diferentes fontes, permitindo consultas otimizadas para tomada de decisão estratégica. O modelo de dados mais apropriado para representar esse tipo de ambiente, com foco em desempenho e análise multidimensional, é o
 - (A) modelo entidade-relacionamento normalizado.
 - (B) modelo hierárquico.
 - (C) modelo relacional transacional.
 - (D) modelo estrela (star schema).
 - (E) modelo orientado a documentos.
2. Durante o projeto de um pipeline de dados, uma equipe da SEFAZ GO precisa integrar diversas fontes, transformando e carregando os dados para análise. A abordagem que executa primeiro o carregamento para o destino e só depois aplica as transformações diretamente nele é conhecida como
 - (A) ELT.
 - (B) ETL.
 - (C) OLAP.
 - (D) CDC.
 - (E) ETLT.
3. Um analista fiscal identificou que algumas consultas no ambiente de data warehouse da Secretaria estão lentas, mesmo após o uso de índices. Para melhorar a performance, decidiu adotar particionamento de tabelas. Essa estratégia está associada diretamente ao(à)
 - (A) controle de integridade referencial.
 - (B) replicação de dados em múltiplos servidores.
 - (C) aumento da redundância no modelo relacional.
 - (D) otimização de desempenho de consultas em grandes volumes.
 - (E) incremento da segurança dos dados por criptografia.
4. Um técnico da SEFAZ está desenvolvendo um script SQL para criar uma tabela com restrições de integridade, incluindo uma chave primária e verificação de valores permitidos para um campo. A linguagem utilizada para isso é classificada como
 - (A) DCL – Data Control Language.
 - (B) DML – Data Manipulation Language.
 - (C) DQL – Data Query Language.
 - (D) DDL – Data Definition Language.
 - (E) TCL – Transaction Control Language.
5. A Secretaria da Fazenda de Goiás pretende armazenar grandes volumes de dados estruturados e não estruturados, oriundos de fontes diversas como logs fiscais, XMLs de notas eletrônicas, documentos e imagens. O modelo de armazenamento mais apropriado para esse cenário, priorizando flexibilidade e escalabilidade, é o
 - (A) banco de dados relacional com normalização em 3FN.
 - (B) data warehouse relacional com modelo estrela.
 - (C) repositório OLAP com estrutura em cubos multidimensionais.
 - (D) sistema de arquivos tradicional com diretórios organizados por data.
 - (E) data lake baseado em armazenamento distribuído.

6. Uma equipe da SEFAZ GO está utilizando Kanban para melhorar o fluxo de trabalho de manutenção em sistemas fiscais. Para isso, definiu políticas explícitas, limites de trabalho em progresso e promove reuniões de revisão do fluxo. Esse tipo de abordagem é mais associado ao(a)
- (A) gestão por escopo fixo e cronograma rígido.
 - (B) gerenciamento preditivo com entregas em cascata.
 - (C) gerenciamento visual e melhoria contínua baseada no fluxo.
 - (D) controle estatístico por pontos de função.
 - (E) análise de valor agregado com baseline fixo.
7. Durante a adoção do Scrum em um projeto de modernização tributária, a equipe identificou um obstáculo técnico persistente que está impedindo o progresso do trabalho. Segundo o framework Scrum, o responsável por remover esse impedimento é o(a)
- (A) Product Owner.
 - (B) Scrum Master.
 - (C) Gerente de Portfólio.
 - (D) Desenvolvedor mais experiente da equipe.
 - (E) Comitê de Governança Ágil.
8. Durante uma análise de agrupamentos em dados de contribuintes da SEFAZ, um analista optou por utilizar o algoritmo k-means. Para definir os grupos, esse algoritmo considera, como critério central,
- (A) a maximização da variância entre os clusters.
 - (B) a hierarquia entre os pontos de dados.
 - (C) o uso de distâncias baseadas em distribuições de probabilidade.
 - (D) a minimização da distância média entre todos os pontos.
 - (E) a minimização da soma das distâncias quadradas aos centroides.
9. Ao aplicar uma Análise de Componentes Principais (PCA) sobre variáveis econômicas, o objetivo principal de um analista é
- (A) testar a independência estatística entre variáveis.
 - (B) eliminar variáveis com baixa variância.
 - (C) encontrar combinações lineares ortogonais que expliquem a maior variância dos dados.
 - (D) classificar dados em grupos mutuamente exclusivos.
 - (E) substituir todas as variáveis por uma única variável latente.
10. Um pesquisador deseja modelar o número de infrações fiscais cometidas por empresas em um determinado período. O modelo estatístico mais apropriado para lidar com esse tipo de variável dependente de contagem é
- (A) regressão logística multinomial.
 - (B) análise de correspondência simples.
 - (C) regressão de Poisson.
 - (D) análise de componentes principais.
 - (E) regressão linear simples.
11. Durante a visualização de dados em um painel no Power BI, um auditor da SEFAZ identificou padrões de sazonalidade na arrecadação mensal de ICMS. Para representar graficamente essa informação com clareza e facilitar decisões, a técnica mais apropriada é
- (A) histograma de densidade.
 - (B) gráfico de barras empilhadas.
 - (C) gráfico de séries temporais com linhas conectando os pontos.
 - (D) gráfico de dispersão tridimensional.
 - (E) diagrama de Pareto.

12. Durante um projeto de previsão de arrecadação, um cientista de dados da SEFAZ GO optou por utilizar Python com a biblioteca PyTorch para desenvolver um modelo de rede neural. Uma das principais características que diferencia o PyTorch de outras bibliotecas como TensorFlow é
- (A) a ausência de suporte a aprendizado supervisionado.
 - (B) a obrigatoriedade de uso de GPUs para qualquer tarefa.
 - (C) a execução simbólica de grafos computacionais estáticos.
 - (D) a execução dinâmica dos grafos computacionais em tempo de execução (eager execution).
 - (E) a impossibilidade de treinar modelos de redes neurais convolucionais.

AUDITORIA
Cosme Sérgio

13. A principal semelhança entre a auditoria interna e a externa é relacionada aos métodos de trabalho, que, em regra, são bastante parecidos, tanto quanto às características desejáveis à pessoa do auditor quanto aos aspectos de planejamento, execução e emissão de relatórios. Sobre o Planejamento de Auditoria (NBC TA 300), é correto afirmar:
- (A) O planejamento deve ser flexível, mas não é obrigatório documentá-lo.
 - (B) O risco de auditoria é composto apenas por risco inerente e risco de controle.
 - (C) A avaliação preliminar dos controles internos é etapa essencial do planejamento.
 - (D) O planejamento deve ser aprovado pelo cliente antes da execução.
 - (E) Não é necessário considerar fraudes no planejamento, apenas erros.
14. Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria (ou seja, em partes do universo), de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população. Sobre Amostragem em Auditoria (NBC TA 530), assinale a opção incorreta.
- (A) Amostragem estatística usa métodos probabilísticos.
 - (B) Amostragem por julgamento é baseada na experiência do auditor.
 - (C) O tamanho da amostra independe do risco de auditoria.
 - (D) Risco de amostragem pode levar a conclusões equivocadas.
 - (E) Amostragem por conveniência não é recomendada.
15. Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade. Testes substantivos são utilizados para:
- (A) detectar distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
 - (B) substituir os testes de observância.
 - (C) avaliar apenas o caixa da empresa.
 - (D) eliminar o risco de auditoria.
 - (E) validar apenas transações de crédito.
16. Subavaliação e superavaliação são distorções contábeis que afetam a fidedignidade das demonstrações financeiras, relacionadas ao registro incorreto de valores de ativos, passivos ou receitas. Sobre subavaliação e superavaliação, assinale a alternativa correta.
- (A) Subavaliação ocorre quando passivos são registrados abaixo do valor real.
 - (B) São detectadas apenas por confirmação externa.
 - (C) São irrelevantes para a opinião do auditor.
 - (D) Podem ser ignoradas se não forem materiais.
 - (E) Superavaliação de estoques pode mascarar lucros.
17. O auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias com o objetivo de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. Evidências de Auditoria (NBC TA 500) incluem:
- (A) apenas documentos originais.
 - (B) confirmações, inspeções e observações.
 - (C) relatórios de terceiros não verificados.
 - (D) apenas evidências internas.
 - (E) suposições não documentadas.

18. Os procedimentos da auditoria interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. Procedimentos de auditoria para identificar fraudes na escrita contábil incluem:
- (A) análise de inconsistências em lançamentos contábeis.
 - (B) ignorar transações com sócios.
 - (C) confiabilidade total nos controles internos.
 - (D) aceitar explicações verbais sem documentação.
 - (E) limitar-se a testes de observância.
19. O ativo circulante representa os recursos de uma empresa que são esperados para serem convertidos em dinheiro, consumidos ou realizados dentro do ciclo operacional normal (geralmente 12 meses) ou no exercício social seguinte. Na auditoria do ativo circulante, é essencial verificar:
- (A) apenas o saldo final do caixa.
 - (B) existência, direitos e avaliação de estoques.
 - (C) somente registros contábeis, sem inspeção física.
 - (D) avaliação subjetiva sem critérios.
 - (E) ignorar contas a receber vencidas.
20. A ocultação de ativos refere-se a práticas intencionais utilizadas por uma empresa ou indivíduos para esconder, subestimar ou não divulgar recursos, bens ou direitos que deveriam constar nos registros contábeis e demonstrações financeiras. Essa manipulação pode ter diversos objetivos, como sonegação fiscal, fraude a investidores, obtenção de vantagens indevidas em processos judiciais (como falências) ou burlar regulamentações. Irregularidades como “ocultação de ativos” são detectadas por:
- (A) entrevistas com gestores, apenas.
 - (B) análise de documentos de origem e inspeção física.
 - (C) confiança nos controles internos.
 - (D) ignorar transações com partes relacionadas.
 - (E) limitar-se a testes de observância.
21. As NBC TAs são normas aplicáveis a auditorias independentes (empresas privadas). Sobre as NBC TAs (Normas Brasileiras de Contabilidade), é correto afirmar:
- (A) A NBC TA 200 permite que o auditor ignore a confidencialidade se o cliente concordar verbalmente.
 - (B) A NBC TA 240 exige que o auditor assuma que a administração é sempre honesta, dispensando testes para fraudes.
 - (C) A NBC TA 700 estabelece os requisitos para a emissão do parecer de auditoria independente.
 - (D) A NBC TA 530 proíbe o uso de amostragem estatística em auditoria, permitindo apenas amostragem por julgamento.
 - (E) A NBC TA 300 dispensa o planejamento de auditoria em casos de urgência.
22. A respeito do controle de qualidade dos trabalhos de auditoria, é correto afirmar que:
- (A) O controle de qualidade se aplica apenas a auditorias externas.
 - (B) O controle de qualidade deve ser realizado por uma equipe independente do trabalho auditado.
 - (C) Não é necessário documentar os procedimentos de controle de qualidade.
 - (D) O controle de qualidade não se aplica às auditorias internas.
 - (E) O controle de qualidade não necessita de revisões sistemáticas para assegurar conformidade com normas técnicas e éticas.
23. O auditor identificou que o custo das vendas aumentou 30%, enquanto as vendas cresceram apenas 5%. Esse procedimento é classificado como:
- (A) teste de controle.
 - (B) procedimento analítico.
 - (C) confirmação externa.
 - (D) inspeção física.
 - (E) reexecução de processo.

24. Os procedimentos analíticos são técnicas utilizadas pelo auditor para avaliar informações financeiras por meio da análise de relações plausíveis entre dados contábeis e não contábeis, identificando inconsistências ou variações significativas em relação a padrões esperados. Compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.

Assinale a opção que apresenta um exemplo de procedimento analítico.

- (A) Análise e recálculo.
- (B) Análise e conciliação.
- (C) Análise vertical e horizontal.
- (D) Análise e observação direta.
- (E) Análise e reexecução.

CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS
Luiz Eduardo

25. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária que tem por objeto a revenda de louças finas. Em 10/01/2025, ela adquiriu 100 jogos de aparelhos de jantar, para revenda, por R\$ 2.000,00 cada. O frete para a entrega foi de R\$ 1.700,00, e o seguro contra roubos, de R\$ 1.200,00. Além disso, foram adquiridas embalagens especiais para prevenir a quebra do material no transporte por R\$ 80,00, cada.

Contudo, foi constatado que, no transporte, 5 dos jogos adquiridos haviam quebrado.

Assinale a opção que indica o custo unitário do copo, contabilizado pela Cia. Alfa.

- (A) R\$ 2.220,00
- (B) R\$ 2.370,00
- (C) R\$ 2.109,00
- (D) R\$ 2.493,00
- (E) R\$ 2.578,00

26. A Cia. Alfa, sociedade empresária que tem por objeto a fabricação de máquinas e equipamentos sob medida, fechou um contrato com um cliente para fabricação de um equipamento especial, no valor de R\$ 10.000.000,00, com um bônus de desempenho de R\$ 2.500.000,00, a ser pago com base no prazo de conclusão. O valor desse bônus de desempenho é reduzido em 10% de seu valor total a cada semana de atraso, em relação à data de conclusão contratada.

Os termos desse contrato são equivalentes aos contratos que a Cia. Alfa normalmente celebra com seus clientes. Portanto, a administração acredita que tem experiência suficiente para estimar os possíveis cenários de cumprimento do contrato. Estima que há uma probabilidade de 70% de que o contrato seja concluído na data de conclusão acordada, uma probabilidade de 20% de que seja concluído com 1 semana de atraso e 10% de probabilidade de que seja concluído com 2 semanas de atraso.

Considerando-se as informações apresentadas, assinale a opção que apresenta o valor da receita a ser reconhecida pela Cia. Alfa, relativa ao contrato.

- (A) R\$ 10.000.000,00
- (B) R\$ 12.500.000,00
- (C) R\$ 12.470.000,00
- (D) R\$ 12.400.000,00
- (E) R\$ 12.300.000,00

27. A Cia. Alfa, sociedade empresária, elabora suas demonstrações contábeis de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações contábeis resultam do processamento de grande número de transações ou outros eventos que são agregados em classes, de acordo com a sua natureza ou função.

Assinale a opção que apresenta o tratamento contábil que a Cia. Alfa deve dar a um item das demonstrações, quando ele não for considerado individualmente material.

- (A) Esse item deve ser excluído das demonstrações contábeis, sem apresentação em notas explicativas.
- (B) Esse item deve ser baixado em uma conta de resultado.
- (C) Esse item deve ser agregado a outros itens, seja nas demonstrações contábeis, seja nas notas explicativas.
- (D) Esse item deve ser apresentado exclusivamente na Demonstração do valor adicionado.
- (E) Esse item deve ser contabilizado em conta redutora no balanço patrimonial.

28. A Cia. Alfa é uma companhia aérea que faz viagens em parceria com a companhia aérea Beta. Por conta de atrasos nos voos, em janeiro de 2025, alguns passageiros entraram na justiça contra ambas as companhias. Os advogados dessas companhias julgaram que a perda decorrente da ação era provável, e estimaram seu montante no valor de R\$ 80.000,00.
- Por contrato, está estabelecido que A Cia. Alfa e a Cia. Beta são responsáveis pela obrigação de modo conjunto e solidário, cada uma arcando com metade do valor.
- Assinale a opção que indica o tratamento contábil adequado a essa situação, a ser realizado pela Cia. Alfa.
- (A) Considerar a existência de um passivo contingente, no valor de R\$ 80.000,00.
(B) Considerar a existência de uma provisão, no valor de R\$ 80.000,00.
(C) Considerar a existência de uma provisão, no valor de R\$ 40.000,00 e de um passivo contingente, no valor de R\$ 40.000,00.
(D) Considerar apenas a existência de um passivo contingente, no valor de R\$ 40.000,00.
(E) Considerar apenas a existência de uma provisão, no valor de R\$ 40.000,00.
29. A Cia Alfa tem 80% de participação societária na Cia Beta.
- Em 2024, a Cia Beta reconheceu apenas as seguintes receitas e despesas:
- Receita de vendas para terceiros: R\$ 2.000.000,00;
 - Custo das mercadorias vendidas: R\$ 800.000,00;
 - Despesas administrativas: R\$ 400.000,00.
- Considere que todas receitas da Cia. Beta são tributáveis, que suas despesas são dedutíveis, e que sobre seu resultado incida uma alíquota conjunta de 34% referente a imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido. Com base apenas nessas informações, assinale a opção que indica a Receita de Equivalência Patrimonial a ser reconhecida pela Cia Alfa no período de 2024.
- (A) R\$ 422.400,00
(B) R\$ 432.000,00
(C) R\$ 380.600,00
(D) R\$ 480.300,00
(E) R\$ 0,00
30. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária que realiza compras e vendas tanto à vista como a prazo.
- Em 02/01/2025, a Cia. Alfa realizou uma compra de mercadorias a prazo no valor de R\$ 12.100,00, para pagamento em 60 dias. Nesse mesmo dia, a Cia. Alfa vendeu, também a prazo, 70% dessas mercadorias pelo preço total de R\$16.500,00, porém para recebimento em 30 dias.
- Considere que a Cia. Alfa utiliza, como taxa de desconto, o percentual de 10% ao mês.
- Considerando que, no período, a Cia. Alfa somente tenha realizado essas duas operações, assinale a opção que apresenta o lucro bruto a ser reconhecido pela Cia. Alfa e janeiro de 2025.
- (A) R\$ 8.030,00
(B) R\$ 8.000,00
(C) R\$ 6.800,00
(D) R\$ 9.620,00
(E) R\$ 7.560,00
31. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária que tem por objeto a participação societária em outras empresas. Em 01/12/2024, a Cia. Alfa comprou à vista, pelo valor unitário de R\$ 20,00, 90% das 200.000 ações em circulação da Cia. Beta. Naquela data, o balanço patrimonial da Cia. Beta apresentava um valor contábil de R\$ 2.800.000,00 para seus ativos líquidos.
- A Cia. Alfa verificou que os valores contábeis de quase todos os elementos patrimoniais apresentados pela Cia. Beta eram equivalentes aos respectivos valores justos. Contudo, encontrou uma diferença relativa a um terreno, constante do imobilizado, cujo valor contábil era de R\$ 300.000,00 e o valor justo, de R\$ 375.000,00.
- Considerando apenas essas informações, assinale a opção que apresenta o valor do goodwill a ser divulgado no balanço patrimonial consolidado da Cia. Alfa em 2024.
- (A) R\$ 1.053.500,00
(B) R\$ 1.040.000,00
(C) R\$ 1.025.300,00
(D) R\$ 1.012.500,00
(E) R\$ 1.000.000,00

32. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária que elabora e apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Com relação ao Ativo Imobilizado, assinale a opção que apresenta a informação que a Cia. Alfa deve, obrigatoriamente, divulgar.
- (A) A Cia. Alfa deverá, necessariamente, divulgar o valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.
 - (B) A Cia. Alfa deverá, necessariamente, divulgar o valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação.
 - (C) A Cia. Alfa deverá, necessariamente, divulgar o valor justo do ativo imobilizado quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método do custo.
 - (D) A Cia. Alfa deverá, necessariamente, divulgar o valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção.
 - (E) A Cia. Alfa deverá, necessariamente, divulgar o valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso.

33. A Cia. Alfa é uma empresa tributada pela sistemática do lucro real e apresentou as seguintes informações em 31 de dezembro de 2024:

- Lucro antes dos impostos sobre a renda (IRPJ/CSLL) R\$ 150.000,00
- Despesa de Equivalência Patrimonial R\$ 80.000,00
- Despesa com provisões para processos judiciais trabalhistas R\$ 60.000,00
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa R\$ 30.000,00
- Perdas não realizadas por variação no valor justo de instrumentos financeiros R\$ 12.000,00
- Despesas com propaganda R\$ 30.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e uma alíquota hipotética conjunta de 34% para o IRPJ e a CSLL, assinale a opção que apresenta o valor que a Cia. Alfa deverá contabilizar como IRPJ/CSLL diferido no:

- (A) ativo de R\$ 34.680,00.
- (B) passivo de R\$ 38.500,00.
- (C) ativo de R\$ 38.500,00.
- (D) passivo de R\$ 34.680,00.
- (E) ativo de R\$ 35.700,00.

34. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária industrial, que fabrica embalagens. Mensalmente, a Cia. Alfa produz 1.000 unidades de embalagens de luxo e 2.000 unidades de embalagens padrão. Todas as embalagens são integralmente fabricadas no próprio mês, portanto não resta estoque de embalagens em processo de produção.

O gasto com a matéria prima utilizada na produção de cada unidade de embalagem de luxo é de R\$ 40,00, e o de cada unidade de embalagem padrão é de R\$ 12,00.

Além disso, a Cia. Alfa incorre em custos indiretos mensais de fabricação dessas embalagens no total de R\$ 160.000,00. Esses custos indiretos são rateados aos produtos de acordo com o respectivo gasto com a matéria prima utilizada.

Considerando que a Cia. Alfa utiliza o Custeio por Absorção, assinale a opção que apresenta os custos indiretos mensais de fabricação de embalagem de luxo.

- (A) R\$ 60.000,00
- (B) R\$ 113.000,00
- (C) R\$ 65.600,00
- (D) R\$ 100.000,00
- (E) R\$ 120.000,00

35. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária industrial, que fabrica um determinado produto e está organizada em departamentos. Para a fabricação, a produção passa por dois departamentos, o Departamento A e o Departamento B, até o produto ser finalizado.

No mês de abril de 2025, foram verificados os seguintes dados:

Mês – Abril de 2025	Departamento A	Departamento B
Saldo inicial e unidades em processo	0	0
Unidades iniciadas no mês	300.000	240.000
Unidades finalizadas no mês	240.000	120.000
Matéria-prima utilizada no mês (R\$)	360.000,00	240.000,00
Matéria-prima utilizada mês (kg)	300	120
Mão de obra direta utilizada no mês (R\$)	420.000,00	300.000,00
Mão de obra direta utilizada no mês (hora)	360	540
Estágio de acabamento de fabricação	70%	20%

Os custos indiretos de fabricação do mês totalizaram R\$ 1.500.000,00 e são apropriados aos departamentos com base na quantidade de horas de mão de obra direta.

Considerando-se exclusivamente esses dados, assinale a opção que apresenta o custo unitário da produção finalizada no mês de abril de 2025, pela Cia. Alfa.

- (A) R\$ 15,92
- (B) R\$ 14,89
- (C) R\$ 20,16
- (D) R\$ 12,23
- (E) R\$ 13,47

36. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária que se instalou recentemente em nosso país para realizar a produção de carros elétricos. Sua instalação fabril produz dois tipos de carros: o esportivo e o popular. A demanda mensal prevista de cada tipo de veículo é de 22.000 e de 25.000 unidades, respectivamente. Além disso, o preço de venda e o custo variável unitário de cada tipo de veículo são os seguintes:

Tipo de veículo	Preço de venda	Custo variável
Esportivo	200.000,00	80.000,00
Popular	140.000,00	60.000,00

Para a fabricação de um veículo esportivo, são necessários quatro módulos de células de íon-lítio, parte fundamental da bateria. Já para fabricação de um veículo popular são necessários apenas dois módulos.

Em março de 2025, a Cia. Alfa tinha 90.000 módulos de células de íon-lítio, para a produção dos veículos que seriam vendidos em abril e, por questões decorrentes da guerra tarifária entre os países, não era possível realizar compras adicionais.

Com o objetivo de maximização do resultado, assinale a opção que indica, respectivamente, o número de veículos esportivos e populares que devem ser produzidos.

- (A) 10.000 e 25.000
- (B) 20.000 e 25.000
- (C) 22.500 e zero
- (D) 8.000 e 5.000
- (E) 22.000 e 25.000

DIREITO TRIBUTÁRIO I**Renato Grilo**

37. Suponha que um Estado-membro formou legalmente uma empresa estatal (sociedade de economia mista), cujo capital é aberto com ações negociadas em Bolsa de Valores (mercado secundário). Nesse caso, essa entidade detém:
- (A) imunidade constitucional para as taxas instituídos pelos municípios.
 - (B) imunidade constitucional para todos os impostos instituídos pelos municípios.
 - (C) imunidade tributária recíproca proporcionalmente às ações detidas pelo Poder Público, referentes ao que negociado em bolsa de valores.
 - (D) imunidade para tributos federais.
 - (E) nenhuma imunidade.
38. Um ente político criou isenção tributária fundada em critérios específicos no atendimento de condições específicas pelo contribuinte, e por prazo determinado. Diante desse contexto, assinale a assertiva incorreta.
- (A) As duas únicas causas de exclusão de um crédito tributário são a isenção e a anistia.
 - (B) A descrição da assertiva enunciada caracteriza tecnicamente uma isenção onerosa.
 - (C) A isenção é aplicada aos créditos tributários cujo objeto seja o tributo, e não para as multas ou sanções tributárias.
 - (D) A anistia se refere aos créditos tributários que tenham como respectivo objeto uma sanção ou multa tributária.
 - (E) Nos termos do Código Tributário Nacional, a descrição da assertiva enunciada trata de isenção que pode ser livremente suprimida pelo Fisco, ainda que o contribuinte tenha atendido a todos os requisitos da lei.
39. Considere a disciplina legal do CTN acerca das garantias e privilégios do crédito tributário e marque a alternativa correta.
- (A) As garantias e privilégios do crédito tributário são um rol que a doutrina chama de exemplificativo.
 - (B) Natureza jurídica e garantias do crédito tributário estão interligadas a ponto de estas atingirem aquela.
 - (C) As garantias e privilégios atribuídos ao crédito tributário atingem diretamente a natureza jurídica da respectiva obrigação tributária subjacente.
 - (D) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário pendente de constituição por meio do lançamento tributário.
 - (E) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
40. Sobre o conceito legal de "tributo", marque a alternativa incorreta.
- (A) Não existe tributo que tenha por objeto subjacente o fazer ou deixar de fazer alguma coisa.
 - (B) A compulsoriedade nos tributos é uma característica intrínseca, sem exceções.
 - (C) O tributo é uma pecúnia, mas a lei pode expressá-lo quantitativamente em um valor que se possa exprimir em pecúnia (moeda).
 - (D) O tributo é estudado e está inserto no contexto do direito público sancionatório.
 - (E) Cobra-se tributo mediante a prática de atos e processos administrativos plenamente vinculados.
41. A respeito do regramento contido no art. 138 do CTN (denúncia espontânea), marque a alternativa incorreta.
- (A) A simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea.
 - (B) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
 - (C) Iniciando-se medida fiscalizatória, mediante a lavratura do termo de início de ação fiscal, a infração a qual se refiram não pode ser alcançada pela denúncia espontânea.
 - (D) A multa moratória pode ser afastada pela denúncia espontânea, quando cumpridas as exigências legais do art. 138 do CTN.
 - (E) Aplica-se o instituto da denúncia espontânea após a inclusão do contribuinte no programa de parcelamento de débito tributário.

42. Considere que determinado Estado-membro tenha criado uma taxa de polícia, delegando uma autarquia estadual as prerrogativas e poderes para fiscalizar, arrecadar e cobrar o tributo. Tendo como referência esse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) Na Constituição Federal e no CTN é terminantemente vedada qualquer delegação natureza tributária.
 - (B) A cobrança da taxa, no modo como descrita no enunciado, abrange garantias e privilégios que, não fosse a previsão legal de delegação, pertenceriam ao Fisco estadual, para fins da cobrança do tributo.
 - (C) Somente lei específica pode promover a delegação da competência tributária, ou seja, da competência para a instituição de um tributo – e não apenas para a sua fiscalização, arrecadação e cobrança.
 - (D) Apenas os municípios têm competência tributária para criar taxas de polícias, conforme disposição expressa da Constituição Federal.
 - (E) Nenhum recurso arrecadado com a cobrança de uma taxa pode ser carimbado orçamentariamente, ou seja, os recursos não podem estar vinculados ou afetados a qualquer despesa estatal.
43. Um contribuinte proprietário e possuidor de imóvel urbano deixou de recolher e de impugnar cobrança do IPTU. Segundo ele, sua secretária deixou de lhe entregar o respectivo carnê. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) O contribuinte de IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço, em conformidade com entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) Todo e qualquer lançamento tributário só terá validade se for acompanhado de intimação pessoal do contribuinte.
 - (C) O CTN prevê, expressamente e como regra, a intimação dos contribuintes exclusivamente mediante citação via postal com aviso de recebimento (AR).
 - (D) Com a notificação de um lançamento tributário, são abertos prazos sucessivos de pagamento e impugnação ao lançamento.
 - (E) O CTN prevê, expressamente e como regra, a intimação dos contribuintes exclusivamente mediante edital.
44. A respeito da responsabilidade de sócios e administradores, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa verdadeira.
- (A) O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido, conforme art. 135, III, do CTN.
 - (B) Uma execução fiscal somente poderá alcançar os sócios que administravam a empresa no momento do fato gerador tributário e durante sua dissolução irregular, concomitantemente.
 - (C) Uma execução fiscal poderá alcançar subjetivamente o sócio que saiu de modo regular da empresa, não contribuindo a dissolução irregular, mas exerceu os poderes de gestão e administrativos durante os fatos geradores dos tributos cobrados.
 - (D) A ausência de pagamento é fato suficiente à responsabilidade tributária.
 - (E) Tem-se tecnicamente por absoluta a presunção irregular da empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
45. Dentre as alternativas abaixo, indique a que contém uma característica dos impostos.
- (A) Aquele que foi cobrado para pagar um imposto necessariamente fez uso, de modo específico e divisível, de um serviço público.
 - (B) Os recursos arrecadados com os impostos têm destinação orçamentária certa e carimbada.
 - (C) Cobra-se imposto quando o Estado exerce o poder de polícia administrativa, cujo conceito se encontra no CTN.
 - (D) A arrecadação dos impostos custeia serviços públicos singulares.
 - (E) O fato gerador do imposto não está vinculado a nenhuma atuação estatal específica em relação ao contribuinte.

46. A respeito do entendimento firmado em sede de repercussão geral julgada pelo Supremo Tribunal Federal, versando sobre matéria tributária, assinale a alternativa errada.
- (A) A inadimplência do usuário não afasta a incidência ou a exigibilidade do ICMS sobre serviços de telecomunicações.
 - (B) Pertence ao município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.
 - (C) Lei estadual autorizadora da não inscrição em dívida ativa e do não ajuizamento de débitos de pequeno valor é insuscetível de aplicação a município e, conseqüentemente, não serve de fundamento para a extinção das execuções fiscais que promova, sob pena de violação à sua competência tributária.
 - (D) É possível ao município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional, tendo em conta o princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.
 - (E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal, desde que não promovam a cobrança de tarifa como contra-prestação do serviço.
47. Considerando as atuais súmulas vinculantes sobre direito tributário, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, "d", da CF/1988 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (ebook) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), desde que não possuam funcionalidades acessórias.
 - (B) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.
 - (C) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
 - (D) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
 - (E) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
48. Ainda consideradas as súmulas vinculantes em matéria tributária, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
 - (B) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - (C) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.
 - (D) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola a Constituição Federal.
 - (E) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

DIREITO TRIBUTÁRIO II – REFORMA TRIBUTÁRIA

Renato Grilo

49. A Emenda Constitucional n. 132 de 2023 (Reforma Tributária) acresceu um rol de princípios tributários na Constituição Federal. Dentre as alternativas abaixo, marque o princípio de direito tributário que já fazia parte expressamente do texto da Constituição, anteriormente à EC n. 132/2023.
- (A) Simplicidade e a transparência.
 - (B) Justiça tributária.
 - (C) Cooperação tributária.
 - (D) Princípio da vedação ao confisco, ou ao efeito do confisco.
 - (E) Defesa do meio ambiente.

50. Dentre as alternativas, marque a que está errada, tendo em vista o tributo previsto no art. 149-A da Constituição Federal, considerando a vigência da EC n. 132/2023.
- (A) Anteriormente à Reforma Tributária de 2023, o tributo custeava a “iluminação pública”, sem outras abrangências.
 - (B) A Reforma Tributária expressamente revogou a COSIP – Contribuição sobre a Iluminação Pública.
 - (C) O texto que passa a vigorar com a reforma tributária passa a permitir a incidência do tributo para a implementação de incrementos na iluminação pública.
 - (D) O texto que passa a vigorar com a reforma tributária permite a cobrança do tributo para a melhoria de sistemas de monitoramento para segurança.
 - (E) O texto que passa a vigorar com a reforma tributária permite a cobrança do tributo para a preservação de logradouros públicos.
51. Considera-se “fornecimento”, nos termos da Lei Complementar n. 214/2025, exceto:
- (A) a entrega efetiva de bem material, mas não a sua mera disponibilização.
 - (B) instituição, transferência, cessão, concessão, licenciamento de bem imaterial.
 - (C) a disponibilização de bem imaterial.
 - (D) a disponibilização de serviço.
 - (E) a prestação de serviço.
52. Considerando o contexto de princípios e regras da Reforma Tributária, por hipótese, um determinado tributo foi instituído sem a previsão de distinção entre seus sujeitos passivos, na medida da sua riqueza individualizada. Em tese, o seguinte princípio tributário poderá ser lesado:
- (A) a regra ou princípio da anterioridade anual ou clássica.
 - (B) anterioridade nonagésima ou noventa.
 - (C) legalidade tributária.
 - (D) o princípio da igualdade formal.
 - (E) capacidade contributiva.
53. Considera-se operação onerosa com bens ou com serviços qualquer fornecimento com contraprestação:
- (A) compra e venda, troca ou permuta, dação em pagamento e demais espécies de alienação.
 - (B) locação.
 - (C) licenciamento, concessão, cessão.
 - (D) mútuo oneroso.
 - (E) fornecimento de brindes e bonificações.
54. Embora não sejam propriamente operações onerosas, as alternativas trazem hipóteses de operações sobre as quais incidem o IBS e a CBS, exceto:
- (A) bonificações que constem do respectivo documento fiscal e que não dependam de evento posterior.
 - (B) fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços, nos termos da Lei n. 214/2025.
 - (C) fornecimento de brindes e bonificações.
 - (D) transmissão, pelo contribuinte, para sócio ou acionista que não seja contribuinte no regime regular, por devolução de capital, dividendos *in natura* ou de outra forma, de bens cuja aquisição tenham permitido a apropriação de créditos pelo contribuinte, inclusive na produção.
 - (E) demais fornecimentos não onerosos ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços por contribuinte a parte relacionada.
55. A Reforma Tributária promoveu algumas mudanças nos tributos já existentes da espécie “imposto” dos municípios e dos estados. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) A Reforma afastou expressamente a possibilidade de a base de cálculo do IPTU ser atualizada pelo Poder Executivo.
 - (B) A Reforma passa a permitir alíquotas diferenciadas para o IPVA em função do impacto ambiental.
 - (C) Não foi permitida a instituição do IPVA sobre barcos.
 - (D) Não foi permitida a instituição do IPVA sobre aeronaves.
 - (E) Foi permitida a instituição do IPVA sobre tratores e máquinas agrícolas.

56. Dentre as alternativas abaixo, assinale a incorreta, considerando as hipóteses de não incidência do IBS e a CBS.
- (A) O IBS e a CBS não incidem sobre fornecimento de serviços por pessoas físicas em decorrência de relação de emprego com o contribuinte.
 - (B) O IBS e a CBS não incidem sobre doações sem contraprestação em benefício do doador.
 - (C) O IBS e a CBS não incidem sobre transferências de recursos públicos e demais bens públicos para organizações da sociedade civil constituídas como pessoas jurídicas sem fins lucrativos no País.
 - (D) O IBS e a CBS não incidem na baixa, liquidação e transmissão, incluindo alienação, de participação societária.
 - (E) O IBS e a CBS não incidem no fornecimento de brindes e bonificações.
57. Considere que um local (templo) onde, de modo permanente e exclusivo, é celebrado culto religioso seja de propriedade de um grande investidor imobiliário privado, que o alugou para a entidade religiosa. Nessa hipótese, tendo em mente que a propriedade imobiliária está devidamente registrada em nome de investidor privado, assinale a alternativa correta.
- (A) A Reforma Tributária prevê norma relacionada à temática do enunciado.
 - (B) Mesmo antes da Reforma Tributária, referido imóvel não pagaria IPTU, ainda que pertencendo a investidor privado, pelo fato de nele funcionar templo de culto religioso.
 - (C) A Reforma Tributária alterou a Constituição Federal para passar a permitir a incidência do IPTU nessa hipótese, de modo expresso.
 - (D) O imóvel estará imune ao pagamento de taxa de coleta de lixo.
 - (E) A partir da Reforma Tributária, o imóvel poderá deixar de pagar o IPTU, no contexto do enunciado, mas em uma espécie de imunidade constitucional condicionada ao atendimento de determinados requisitos previstos em Lei Complementar.
58. A respeito das normas constitucionais que disciplinam o imposto de competência compartilhada, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O IBS será informado pelo princípio da neutralidade.
 - (B) O IBS integrará sua própria base de cálculo.
 - (C) O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do município de destino da operação.
 - (D) Cada ente federativo fixará a sua alíquota própria do IBS, por lei específica.
 - (E) O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
59. A respeito da base de cálculo do IBS e da CBS sobre operações com bens e serviços, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A base de cálculo do IBS e da CBS é o valor da operação, salvo disposição em contrário prevista na Lei n. 214/2025.
 - (B) O valor da operação não compreenderá juros, multas, acréscimos e encargos.
 - (C) O valor da operação compreende descontos concedidos sob condição.
 - (D) O valor da operação compreende o valor do transporte cobrado como parte do valor da operação, no transporte efetuado pelo próprio fornecedor ou no transporte por sua conta e ordem.
 - (E) O valor da operação compreende demais importâncias cobradas ou recebidas como parte do valor da operação, inclusive seguros e taxas.
60. A respeito da sujeição passiva do IBS e da CBS sobre operações com bens e serviços, assinale a alternativa incorreta.
- (A) É contribuinte do IBS e da CBS o fornecedor que realizar operações no desenvolvimento de atividade econômica.
 - (B) É contribuinte do IBS e da CBS o fornecedor que realizar operações de modo habitual ou em volume que caracterize atividade econômica.
 - (C) É contribuinte do IBS e da CBS o fornecedor que realizar operações de forma profissional, desde que a profissão seja regulamentada.
 - (D) É contribuinte do IBS e da CBS o importador.
 - (E) O fornecedor residente ou domiciliado no exterior fica obrigado a se cadastrar como contribuinte caso realize operações no País ou como responsável tributário no caso de importações.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL**Vilson Cortez**

61. A redução da base de cálculo do IPVA no estado de Goiás para veículos de passeio com até 1000cc está condicionada ao cumprimento de requisitos como:
- (A) o veículo estar licenciado no nome de uma pessoa jurídica.
 - (B) o veículo estar regular com o licenciamento e sem infrações de trânsito nos últimos 12 meses.
 - (C) o proprietário do veículo ser beneficiário de programas sociais estaduais.
 - (D) o veículo ser registrado em nome do proprietário há pelo menos 5 anos.
 - (E) o veículo estar em perfeitas condições de uso.
62. Sobre a isenção do IPVA no Estado de Goiás, é correto afirmar:
- (A) Veículos adquiridos por pessoas com deficiência física são isentos de IPVA, independentemente de seu valor.
 - (B) A isenção do IPVA para veículos de aluguel (mototáxi) é limitada a um veículo por proprietário.
 - (C) A isenção do IPVA para veículos de combate a incêndio depende de comprovação de que o veículo seja utilizado exclusivamente para serviços privados.
 - (D) Veículos com 8 anos ou mais de uso são isentos do IPVA.
 - (E) Somente a locomotiva e o vagonete automovidos, de uso ferroviário, são isentos. O vagão em nenhuma hipótese será isento.
63. De acordo com a legislação do ICMS em Goiás, sobre a transferência de crédito, assinale a afirmativa incorreta.
- (A) O crédito relativo ao ativo imobilizado deve ser apropriado à razão de 1/48 por mês.
 - (B) O direito ao crédito extingue-se após cinco anos da emissão do documento fiscal.
 - (C) O crédito é transferível entre diferentes contribuintes, mediante autorização do Fisco.
 - (D) O crédito só é válido se a documentação fiscal for idônea e devidamente escriturada.
 - (E) Na transferência interestadual entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, parte do crédito é transferido à UF de destino.
64. Nos termos da legislação tributária goiana, a antecipação do ICMS sem encerramento da tributação aplica-se:
- (A) apenas às operações com mercadorias do Anexo VI, oriundas do exterior.
 - (B) somente às mercadorias importadas que serão revendidas fora do Estado.
 - (C) à entrada em Goiás de mercadorias constantes do Anexo VIII, inclusive em transferências, ainda que sem destinatário certo.
 - (D) apenas às mercadorias sujeitas à alíquota de 18%.
 - (E) exclusivamente às operações com combustíveis.
65. Sobre a tributação monofásica do ICMS sobre combustíveis, conforme a legislação de Goiás, é correto afirmar:
- (A) O imposto é recolhido em todas as etapas da cadeia produtiva.
 - (B) A incidência única do ICMS não se aplica à gasolina e ao etanol anidro combustível.
 - (C) O valor do imposto é obtido multiplicando-se a alíquota geral pelo valor da operação.
 - (D) O recolhimento é centralizado na refinaria, base, formulador, CPQ ou importador.
 - (E) O regime não se aplica às operações iniciadas no exterior.
66. A respeito da solidariedade no pagamento do ICMS/GO, é correto afirmar:
- (A) O leiloeiro não pode ser responsabilizado pelo pagamento do ICMS devido sobre mercadorias importadas e apreendidas em licitação promovida pelo Poder Público.
 - (B) O possuidor de mercadorias ou bens em situação fiscal irregular pode ser responsabilizado solidariamente pelo pagamento do ICMS devido, juntamente com quem forneceu as mercadorias.
 - (C) O responsável solidário pelo pagamento do imposto não será responsabilizado em casos de dolo ou fraude, desde que o pagamento do imposto tenha sido realizado corretamente.
 - (D) Os sócios de uma empresa não podem ser responsabilizados solidariamente pelo ICMS devido pela empresa, mesmo que haja irregularidade nas operações fiscais.
 - (E) A responsabilidade solidária do contabilista só ocorre quando este concorrer para a prática de infração tributária com dolo ou fraude.

67. De acordo com a legislação tributária do Estado de Goiás, por definição é considerado benefício fiscal:
- (A) apenas a isenção do ICMS, desde que seja concedida por meio de lei específica.
 - (B) qualquer incentivo, benefício ou favor que resulte em dilação do prazo para o pagamento do ICMS ou exoneração total ou parcial do imposto devido, mesmo que vinculado a operação ou prestação posterior.
 - (C) exclusivamente a redução da base de cálculo do imposto, que deve ser estabelecida por acordo entre os Estados.
 - (D) a concessão de anistia ou remissão do crédito tributário, que pode ser aplicada independentemente de norma específica.
 - (E) apenas a devolução total ou parcial do imposto, desde que o benefício fiscal seja concedido por decisão judicial.
68. Com relação aos contribuintes do ICMS no Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.
- (A) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão ou incorporação de outra pessoa jurídica será responsável exclusivamente pelas operações realizadas após o ato de fusão, não sendo responsável pelos tributos devidos pelas empresas incorporadas.
 - (B) O contribuinte optante pelo Simples Nacional não tem responsabilidade pelo pagamento do ICMS nas operações interestaduais com mercadorias destinadas à comercialização ou à industrialização.
 - (C) Nas operações interestaduais com mercadorias destinadas à comercialização, produção rural ou para utilização em processo de industrialização como produto intermediário, material de embalagem e material secundário, adquiridas por contribuinte optante pelo Simples Nacional, inclusive o MEI, nos termos da Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, podem ser considerados os benefícios fiscais conforme disposto em regulamento.
 - (D) A pessoa natural que importe mercadoria do exterior é considerada contribuinte, mas não é responsável pelas obrigações acessórias previstas na legislação tributária.
 - (E) O transportador, em determinadas situações, não pode ser responsabilizado solidariamente pelo pagamento do ICMS, nem quando houver irregularidades na documentação fiscal das mercadorias transportadas.
69. A alíquota do ICMS/GO nas operações internas com produtos alimentícios como arroz, café, feijão, e margarina vegetal será de:
- (A) 12%.
 - (B) 19%.
 - (C) zero, por fazerem parte da cesta básica nacional de alimentos.
 - (D) 7%.
 - (E) 4%.
70. Em relação ao ICMS/GO sobre as operações internas com cerveja que contenha, no mínimo, 16% de fécula de mandioca em sua composição, a alíquota será de:
- (A) 7%.
 - (B) 12%.
 - (C) 19%.
 - (D) 25%.
 - (E) 4%.
71. O ICMS devido ao estado de Goiás sobre as operações interestaduais com mercadorias oriundas de outro Estado, destinadas ao consumo final de um contribuinte localizado em Goiás, será calculado com base na:
- (A) alíquota interna do estado de Goiás.
 - (B) alíquota interestadual do estado de origem.
 - (C) diferença entre a alíquota interna do estado de Goiás e a alíquota interestadual do estado de origem.
 - (D) alíquota do estado de Goiás aplicável ao produto específico.
 - (E) alíquota zero, pois todo o tributo fica na origem.
72. Nos termos do artigo 13-A da Lei do ICMS do Estado de Goiás, em relação às operações com combustíveis, o fato gerador ocorre:
- (A) no momento da comercialização de combustível realizada por distribuidoras.
 - (B) quando o combustível for transferido de um estado para outro, independentemente do destino.
 - (C) no momento do desembarço aduaneiro ou da saída do combustível de estabelecimento do contribuinte.
 - (D) exclusivamente após a constatação de mercadoria com irregularidade fiscal.
 - (E) no ato de entrega do combustível ao consumidor final, independentemente da origem.

73. De acordo com o artigo 12 do CTE/GO, a operação de circulação de mercadorias:
- (A) deve ser realizada apenas entre contribuintes estabelecidos no território goiano.
 - (B) corresponde às etapas de extração, produção e distribuição de mercadorias, com objetivo exclusivo de consumo.
 - (C) abarca todas as etapas dos processos de comercialização e industrialização, incluindo serviços acessórios.
 - (D) não se aplica à comercialização de mercadorias no mercado interno.
 - (E) engloba apenas a movimentação de mercadorias para exportação.
74. Nos termos da LC n. 214 de 2025, que institui o IBS e a CBS, o princípio da neutralidade se refere:
- (A) à possibilidade de isenção dos tributos sobre bens de consumo essencial, conforme definido pela legislação estadual.
 - (B) à vedação expressa de qualquer benefício fiscal que possa atingir bens ou serviços específicos.
 - (C) à obrigação de uniformizar as alíquotas entre estados e municípios, impedindo diferenciação regional.
 - (D) ao objetivo de evitar distorções nas decisões de consumo e organização da atividade econômica, com exceções previstas na CF e na própria Lei Complementar.
 - (E) à inexistência de incidência de IBS e CBS sobre bens imateriais.
75. À luz da definição legal de fornecimento, considere as hipóteses abaixo:
- I. Licenciamento de software.
 - II. Transferência de direitos autorais.
 - III. Prestação de serviço de transporte.
 - IV. Venda de energia elétrica.
- Conforme a legislação complementar que trata do IBS e da CBS, são consideradas formas de fornecimento:
- (A) Apenas I e III.
 - (B) Apenas II, III e IV.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) Apenas III e IV.
 - (E) Apenas I, II e IV.
76. Com base na Lei Complementar que institui o IBS e a CBS, pode ser considerado fornecedor:
- (A) somente a pessoa jurídica estabelecida no Brasil, que comercialize bens ou serviços no território nacional.
 - (B) qualquer pessoa física ou jurídica, domiciliada no Brasil, que adquira bens para uso próprio ou comercialização.
 - (C) apenas o responsável pela operação com bens materiais, excluindo serviços ou bens imateriais.
 - (D) qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País ou no exterior, que realize o fornecimento.
 - (E) apenas empresas formalmente registradas no CNPJ, com atuação regular no mercado nacional.
77. De acordo com a Lei Complementar n. 214/2025 que institui a devolução personalizada do IBS e da CBS (cashback), é correto afirmar:
- (A) As devoluções da CBS e do IBS são restritas aos consumidores de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, uma vez que esses bens geram maior regressividade tributária.
 - (B) A devolução da CBS será realizada por meio de repasses trimestrais feitos diretamente pelo agente financeiro às pessoas jurídicas adquirentes.
 - (C) As devoluções deverão ocorrer exclusivamente no momento da cobrança, vedando-se formas posteriores.
 - (D) Os valores devolvidos não poderão, em hipótese alguma, superar o ônus efetivamente suportado pelos beneficiários em relação ao tributo incidente sobre seu consumo.
 - (E) As devoluções serão calculadas de forma fixa, não sendo admitida variação de percentuais entre faixas de renda familiar.
78. Com base na sistemática de devolução dos tributos CBS e IBS, assinale a alternativa correta.
- (A) A devolução da CBS e do IBS deverá sempre ser feita de forma unificada por meio de um sistema gerido exclusivamente pela Receita Federal.
 - (B) O valor da devolução é fixado pela Receita Federal e não considera a estrutura de consumo familiar nem documentos fiscais emitidos.
 - (C) A devolução específica corresponde à parcela adicional definida pelos entes federativos que exceder os percentuais gerais estabelecidos pela Lei Complementar.
 - (D) A devolução do IBS será realizada pela Receita Federal, em cooperação com os entes subnacionais.
 - (E) As devoluções começam a partir de janeiro de 2026 para a CBS e janeiro de 2028 para o IBS.

79. Acerca dos procedimentos simplificados para devolução dos tributos nas localidades com dificuldades operacionais, é correto afirmar:
- (A) O procedimento simplificado poderá ser adotado indistintamente, inclusive para devoluções feitas no momento da cobrança.
 - (B) A devolução simplificada deve respeitar a faixa de renda familiar e é baseada em dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares).
 - (C) A devolução nessas localidades será substituída por compensações tributárias às empresas fornecedoras.
 - (D) A definição do percentual de devolução no procedimento simplificado é feita exclusivamente pelos estados, independentemente da faixa de renda.
 - (E) O procedimento simplificado aplica-se somente ao IBS, sendo vedado para a CBS.
80. Com base no art. 156-B e seus parágrafos da EC n. 132 de 2023, que tratam da gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), assinale a alternativa correta.
- (A) O Comitê Gestor do IBS terá sua composição formada exclusivamente por representantes dos estados e do Distrito Federal, sem participação dos municípios.
 - (B) As deliberações do Comitê Gestor do IBS serão consideradas aprovadas se obtiverem maioria simples dos representantes do conjunto dos estados e do Distrito Federal, independentemente da população que representam.
 - (C) O Comitê Gestor do IBS será financiado exclusivamente pela União, não cabendo aos estados, Distrito Federal e municípios destinarem recursos para seu funcionamento.
 - (D) O Comitê Gestor do IBS terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, com participação paritária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na instância máxima de deliberação.
 - (E) As competências relativas à fiscalização e lançamento do IBS serão centralizadas exclusivamente na administração tributária da União, sem possibilidade de delegação ou compartilhamento com entes federativos.



Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás

Auditor – Fiscal da Receita Estadual

Folha de Respostas

Número do Caderno	Cargo ou Opção
000000000	Auditor – Fiscal da Receita Estadual

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -	061 -	071 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -	062 -	072 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -	063 -	073 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -	064 -	074 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -	065 -	075 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -	066 -	076 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -	067 -	077 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -	068 -	078 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -	069 -	079 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -	070 -	080 -

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora